

Revisão sistemática da literatura sobre educação quilombola no contexto das relações étnico-raciais

Systematic review of the literature on quilombola education in the context of ethnic-racial relations

Revisión sistemática de la literatura sobre la educación quilombola en el contexto de las relaciones étnico-raciales

Recebido: 15/08/2024 | Revisado: 25/08/2024 | Aceitado: 26/08/2024 | Publicado: 29/08/2024

João Paulo Bulhões e Mattos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3639-780X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil

E-mail: jpbmattos1@gmail.com

Ana Carolina Oliveira Duarte

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5853-1582>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil

E-mail: acoliveiraduarte@gmail.com

Resumo

Desde de a promulgação da lei 10.678 em 2003, observa-se ainda a necessidade de aprofundar-se no ambiente escolar esse tema tão relevante, mesmo com mais de 20 anos decorridos da lei. No âmbito da Educação, iniciou-se um movimento pela descolonização dos currículos escolares, já como reflexo do movimento das ações afirmativas propostas pelo governo federal. O objetivo do estudo presente foi realizar uma revisão sistemática da literatura com o intuito de reunir informações acerca da educação quilombola no contexto das relações étnico-raciais e apontar possíveis caminhos para as futuras pesquisas no campo. Trata-se de um estudo realizado através de uma revisão sistemática da literatura, de caráter exploratório e qualitativo, como propósito de sintetizar trabalhos em educação quilombola nos últimos cinco anos, período que perpassa pelas mais recentes políticas educacionais no tema. Os resultados apontam para que as políticas públicas avancem mais, pois não há muitas reflexões sobre a temática. Outro detalhe que chama a atenção nessa revisão sistemática é que não há trabalhos no campo da expressão artística e da linguagem e com isso a escassez de publicações nos demais campos.

Palavras-chave: EREER; Quilombos; Políticas Públicas.

Abstract

This article has attempted to analyze the impact of Law 10.678 of 2003, and there is a need to deepen this topic, which is very relevant to the school environment, even though more than 20 years have passed since the law was passed. A movement to decolonize curricula has begun in the education field, which is already reflected in the Affirmative Action movement proposed by the federal government. The purpose of this study was to conduct a systematic review of the literature to gather information about quilombola education in the context of ethnic-racial relations and to identify possible avenues for future research in this area. This is a systematic, exploratory, and qualitative literature review with the goal of summarizing work on quilombola education over the past five years, a period that encompasses recent educational policies on the topic. The results suggest that public policy is moving forward, as there is not much reflection on the issue. Another detail that stands out in this systematic review is the absence of works in the field of artistic expression and language, and thus the lack of publications in other fields.

Keywords: EREER; Quilombos; Public Policies.

Resumen

Este artículo buscó analizar las implicaciones de la promulgación de la ley 10.678 en 2003 y también surge la necesidad de profundizar en este tema tan relevante en el ámbito escolar, aún habiendo transcurrido más de 20 años de su promulgación. En el campo de la Educación se inició un movimiento por la descolonización de los currículos escolares, ya como reflejo del movimiento de acción afirmativa propuesto por el gobierno federal. El objetivo del presente estudio fue realizar una revisión sistemática de la literatura con el objetivo de recopilar información sobre la educación quilombola en el contexto de las relaciones étnico-raciales y señalar posibles caminos para futuras investigaciones en el campo. Se trata de un estudio realizado a través de una revisión sistemática de la literatura, de carácter exploratorio y cualitativo, con el objetivo de sintetizar los trabajos sobre la educación quilombola en los últimos cinco años, período que abarca las más recientes políticas educativas sobre el tema. Los resultados apuntan a que las políticas públicas avanzan más, ya que no hay muchas reflexiones sobre el tema. Otro detalle que llama la

atención en esta revisión sistemática es que no existen trabajos en el campo de la expresión y el lenguaje artístico y con ello la escasez de publicaciones en otros campos.

Palabras clave: ERER; Quilombos; Políticas Públicas.

1. Introdução

Em 23 de maio de 2003 houve a publicação da lei 10.678, a qual trata das relações étnico-raciais. Esta lei em vigor alterou o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (doravante LDB) e estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional sobre a temática e, portanto, incorporando-as ao currículo escolar que os educandos tenham conhecimento sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Desde a sua promulgação, observa-se ainda a necessidade de aprofundar-se no ambiente escolar esse tema tão relevante, mesmo com mais de 20 anos decorridos da lei. Os fatores para tal afirmação são variados, mas um deles se destaca no Brasil: herança colonial que privilegia a escola tradicional, que não favorece a reflexão e o debate sobre questões étnico-raciais no contexto escolar. O primeiro passo rumo à valorização se deu na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata, em Durban, África do Sul (2001). De lá até a publicação da lei em 2003, o governo federal responsabilizou-se por estabelecer políticas públicas afirmativas e de igualdade racial.

No âmbito da Educação, iniciou-se um movimento pela descolonização dos currículos escolares, já como reflexo do movimento das ações afirmativas propostas pelo governo federal. Dessa maneira, as mudanças no currículo escolar, na perspectiva da Educação das relações étnico-raciais (doravante ERER), contribuem de forma decisiva para que haja a ruptura dos processos de colonização impostos a sociedade, denominados contemporaneamente de colonização do poder e do saber (Meinerz, 2018). O parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP 03/2004) articula a ERER com o combate ao racismo e à discriminação racial no cotidiano escolar. Assim, é perceptível que o tema transita tanto pelo campo da demanda social, como também pelo campo da política pública.

Para que a descolonização dos currículos ocorra, é necessário romper com visões únicas de narrar experiências humanas, cristalizadas em padrões de vida europeus e brancos. Admite-se, portanto, a existência de uma ecologia de saberes e modos de viver mesmo que haja equidade entre eles (Cunha, 2007). As mudanças curriculares ocorridas recentemente no país estão articuladas com os planos e diretrizes nacionais sobre os direitos humanos. A educação ambiental das relações étnico-raciais e quilombola também se inserem neste contexto como resultado de demandas sociais promovidas por movimentos civis organizados. Percebe-se o valor epistemológico intrínseco dos movimentos sociais organizados, com o movimento negro como destaque nesta discussão. Comunidades quilombolas, por exemplo, não tem a pretensão de popularizar seus saberes em conhecimentos universais, sistematizados e socialmente aceito. Outros saberes ganham destaque e são valorizados e muitas pesquisas acadêmicas têm redescoberto muitos saberes populares e a história desses lugares ganham novos olhares (Meinerz, 2018; Alves-Brito & Alho, 2022).

Assim, se faz importante olhar sobre a temática e analisar o quanto as políticas públicas evoluíram em sua aplicação no chão da escola, do seu cotidiano escolar. O quilombo passou historicamente por lutas relacionadas à terra e muitos quilombos não têm amparo legal sobre a terra (Aparecida de Pinho & Coelho Pinto, 2020). O site do Ministério de Educação e Cultura (MEC) compreende que os quilombos e sua comunidade se constituem de dimensões educacionais, sociais, políticas e culturais muito relevantes dadas as particularidades do contexto histórico e geográfico (MEC, 2020).

Depois da lei ser promulgada em 2004 relativa à ERER, em 20 de novembro de 2012, o MEC homologou a Resolução CNE 08/2012, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. A resolução define a educação quilombola como uma modalidade que exige pedagogia própria, com respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada grupo, prevê também formação específica de seu quadro docente, material didático e paradidático específico (Júnior, 2021). A homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar

Quilombola (EEQ) é um marco da vitória dos movimentos sociais, que surgiram na base, pela luta dos negros e quilombolas (Silva, 2014; Amorim & Menezes, 2018).

A Educação para as relações étnico-raciais é um assunto em pauta nos últimos anos e levando em consideração as peculiaridades da educação quilombola, faz-se necessário abordar as políticas públicas relacionadas ao tema bem como as publicações recentes articuladas com a EEQ. São poucos os trabalhos que abordam a EREER na perspectiva da educação quilombola em 20 anos de lei, com foco nos últimos cinco anos em todo o território nacional. Por esse motivo, o objetivo do estudo presente foi realizar uma revisão sistemática da literatura com o intuito de reunir informações acerca da educação quilombola no contexto das relações étnico-raciais e apontar possíveis caminhos para as futuras pesquisas no campo.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo realizado através de uma revisão sistemática da literatura, de caráter exploratório e qualitativo, com o propósito de sintetizar trabalhos em educação quilombola nos últimos cinco anos, período que perpassa pelas mais recentes políticas educacionais no tema. A revisão sistemática responde a uma pergunta claramente formulada utilizando métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes, e recolher e analisar dados de estudos incluídos na revisão (Clarke & Oxman, 2001). O levantamento bibliográfico foi realizado no primeiro semestre de 2024 e a busca foi conduzida na base de dados SCIELO, Google Scholar e Periódicos da Capes. A escolha dessas bases foi atribuída a critérios como: prestígio, confiabilidade, influência e relevância. A revisão sistemática foi realizada de acordo com as diretrizes dos Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA, 2015).

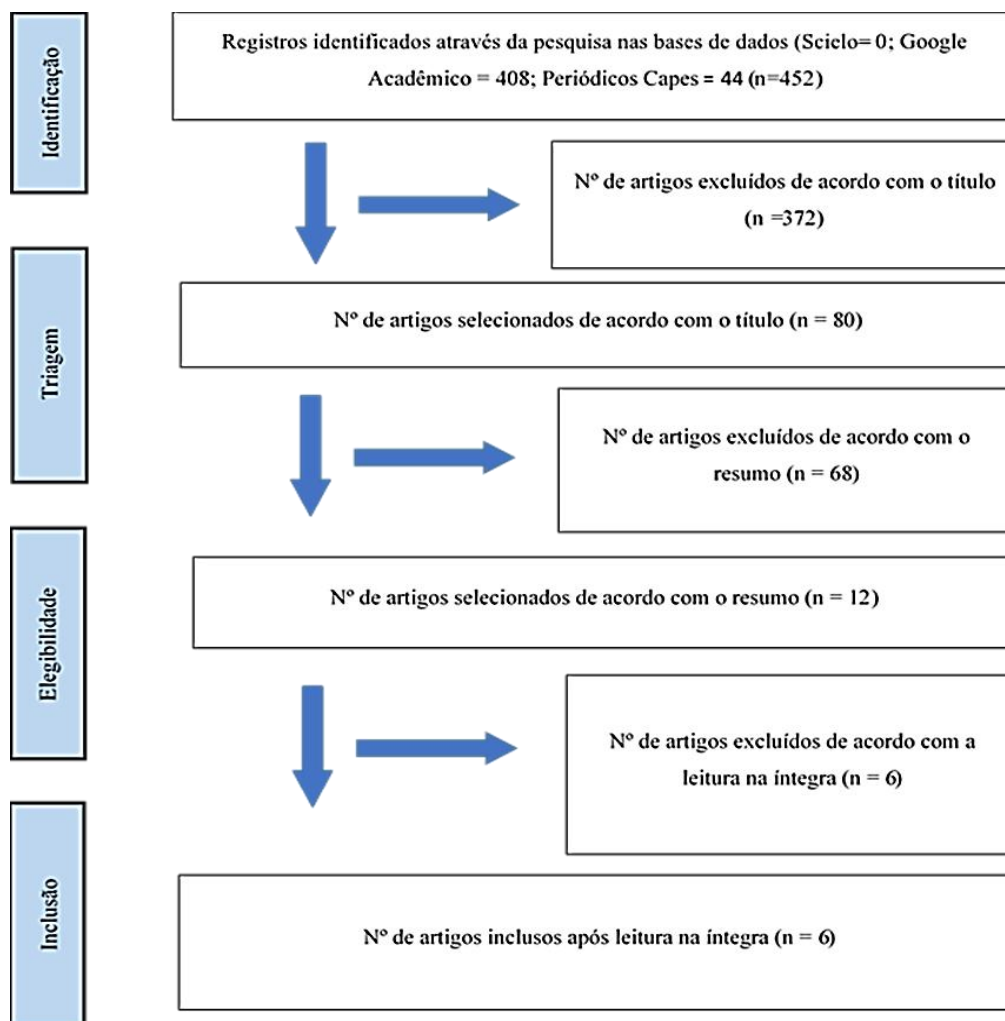
Como estratégia de procura, foram utilizados Operadores Booleano “AND” para a combinação dos termos: “quilombola” AND “políticas públicas” AND “Educação para as relações étnico-raciais”. O uso de mais termos neste trabalho não foi favorável por filtrar excessivamente os resultados. Para a inclusão dos artigos, foram seguidos os respectivos critérios: primeiramente, foram incluídos os artigos cujos títulos trouxeram informações condizentes com os objetivos desta pesquisa e que continham os dois descritores; posteriormente, os artigos foram selecionados e realizou-se a leitura dos resumos, excluindo-se aqueles que não possuíam relações com este estudo. Os artigos selecionados nesta segunda etapa foram lidos na íntegra, para que os autores pudessem entender todas as suas particularidades e assim discuti-los. Assim, os critérios de seleção foram: data, título, resumo e texto completo.

Finalizada a coleta dos dados, os estudos que estivessem dentro dos parâmetros pré-estabelecidos foram selecionados e, por fim, analisados e discutidos. Neste estudo foram incluídos os artigos publicados no período compreendido entre 2021 a 2023, principalmente em língua portuguesa, com textos completos disponíveis de forma gratuita e desconsiderados os trabalhos duplicados e dissertações. Foram excluídos dos resultados artigos de revisão, porém, estes foram utilizados para o embasamento teórico. Os resultados foram tabulados a partir do programa Microsoft Excel.

3. Resultados e Discussão

De posse dos resultados encontrados através das bases dados nas bases Google Acadêmico, Scielo e Periódicos Capes, foram obtidos 452 artigos. Em seguida, foram aplicados os critérios de exclusão (por título) totalizando, assim, 108 estudos. Foram excluídos 80 após a leitura de seus resumos e, por último, após a leitura na íntegra, seis artigos foram excluídos por não apresentarem informações condizentes com o objetivo deste estudo, como mostrado na Figura 1, assim, seis foram os trabalhos analisados conforme a sumarização do Quadro 1.

Figura 1 - Fluxograma do processo de busca dos artigos científicos da revisão sistemática.



Fonte: Autoria própria (2024).

Quadro 1 – Artigos selecionados para estudo após aplicação de critérios de inclusão e rejeição.

Autor e ano	Título	Região/ Estado	Metodologia	Resultados
Santos & Andrade, 2020	Relações Étnico-Raciais e Quilombos: dos conhecimentos socioculturais aos currículos da educação escolar quilombola na Amazônia paraense.	Norte /PA	Utilizou-se a abordagem qualitativa, estudo documental do Projeto Político Pedagógico das escolas que atuam na Educação Escolar Quilombola e fotografias sobre os aspectos socioculturais das comunidades quilombola.	A proposta curricular da Educação Escolar Quilombola incorpora conhecimentos tradicionais das comunidades em articulação com o conhecimento escolar (sem hierarquização) e busca ordenar os conhecimentos e as práticas sociais e culturais, considerando a presença de saberes que circulam, dialogam e indagam a vida social dos quilombos pesquisados da Amazônia paraense.
Guimarães, Magnani & Lemes, 2022.	A educação escolar quilombola e o ensino de Ciências: reflexões teóricas a partir de um relato de experiência	Sudeste/MG	Abordagem qualitativa e levantamento bibliográfico.	Analisa as perspectivas sobre o levantamento da realidade para a construção de práticas de ciências no contexto quilombola, a partir da experimentação de sabão, goma e queijo. Tece considerações sobre os desafios de se integrar o ensino de ciências à educação quilombola.

Custódio, 2022	Um olhar sobre propostas de educação quilombola a partir de referenciais curriculares estaduais	Norte/ AP	Pesquisa qualitativa, documental e reflexiva.	A análise dos planos curriculares estaduais demonstra que, além de serem incipientes, deixam muito a desejar no que diz respeito às variedades e diversidades étnicas dos quilombos no Brasil.
Meinerz & Silva, 2023.	Educação Escolar Quilombola e Ensino de História nos caminhos abertos pela Lei 10.639/03	Sul/ RS	Abordagem qualitativa ancorada na pesquisa-ação colaborativa, problematiza-da a partir das categorias saberes sintéticos e saberes orgânicos.	Observa-se que os conhecimentos sobre os quilombos são trabalhados somente em datas comemorativas, como o dia de consciência negra, articulados com a disciplina de história. Sugere que a história dos quilombos seja escrita por mãos negras.
Malaquias & Rodrigues, 2023	A diversidade étnico-racial na escola: um contributo para efetivar a educação diferenciada em territórios quilombolas na Paraíba.	Nordeste/ PB	Pesquisa exploratória, realizada no âmbito escolar.	Apontaram que a escola tem dificuldades de ofertar uma educação diferenciada nesses territórios, já que é influenciada por processos coloniais e pelas políticas educacionais de cunho neoliberal.
Cerqueira, 2024	Educação e território quilombola: o processo de construção do Plano Político Pedagógico da Escola da Comunidade de Raiz	Sudeste/ MG	Levantamento bibliográfico.	As práticas escolares formais não levam em conta os saberes tradicionais e orais das comunidades do entorno da escola.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Para início das discussões sobre o tema, salienta-se que foram encontrados poucos artigos dentro da temática, e concentrados mais nos anos de 2020 e 2024. De modo geral as publicações apontam que as políticas públicas, em sua grande maioria, são ineficazes quanto a execução da lei 10.678 de 2003. Os esforços são muito singelos nesse sentido e percebe-se que de todos os artigos sumarizados, apenas um destaca que a lei está sendo cumprida. Nos demais verifica-se uma aplicação frágil do que é sugerido pela lei de 2003.

Levando em consideração os materiais selecionados, o baixo número de trabalho na tratativa da educação quilombola e ERER, mesmo após vinte anos de promulgação da lei 10.678 de 2003 reflete uma lacuna do conhecimento. Destaca-se que é um tema que precisa de pesquisas em diversos níveis e sob inúmeras perspectivas. Percebe-se ainda uma distância entre as propostas dos sistemas de ensino estaduais e as diretrizes curriculares nacionais, como uma clara ação tradicional e hegemônica sobre os quilombos, refletidas em uma visão reducionista sobre os movimentos de resistência da população negra.

Sobre o conteúdo de *“Relações Étnico-Raciais e Quilombos: dos conhecimentos socioculturais aos currículos da educação escolar quilombola na Amazônia paraense”*, buscou-se estabelecer uma PPP para a escola quilombola do América e Jurussaca no nordeste do Pará. Seu viés social teve por objetivo reconhecer que o movimento de resistência que acontece no território quilombola é diferente e que cada comunidade é produto de uma história. Assim as comunidades quilombolas do Américo e Jurussaca são pioneiras em um PPP efetivo que pretende superar as desigualdades sociais, econômicas bem como o racismo e preconceitos. Para que a superação dos aspectos sociais e o combate ao racismo fossem contemplados, valorizou-se em seu PPP memórias históricas de sua comunidade e um olhar sobre os aspectos socioculturais. Isso resultou em um fortalecimento identitário dos quilombolas e o rompimento do currículo historicamente pensado do ponto de vista do branco.

No artigo intitulado *“A educação escolar quilombola e o ensino de Ciências: reflexões teóricas a partir de um relato de experiência”* na comunidade do Quilombo do Capão no município Presidente Juscelino em Minas Gerais, os autores propõem atividades, na perspectiva freiriana, que partem da valorização da identidade do grupo quilombola. As atividades em questão foram produção de sabão, queijo e goma e para eles a novidade foi discutir esses processos na escola. O trabalho se debruça sobre o EEQ e o ensino de ciências e é muito escasso esse tipo de pesquisa com um viés no campo das ciências. Neste,

nota-se a articulação do saber quilombola construindo o currículo da escola, fato que dos trabalhos analisados, foi um dos únicos que cumpriram o que prevê na legislação, que é a articulação da comunidade nas atividades escolares.

O artigo intitulado “*Um olhar sobre propostas de educação quilombola, a partir de referenciais curriculares estaduais*”, apontou para uma desinformação sobre o tema e falta de formação inicial e continuada para os docentes acerca da EEQ na perspectiva da EREER. Constata-se que as diretrizes curriculares de alguns sistemas de ensino estaduais pelo país não atendem de maneira adequada os Documentos Curriculares Nacionais (DCN, 2004) com relação à EEQ de qualidade. Mesmo com a homologação da DCN da EEQ (2012), ainda falta a incorporação de festividades, atividades econômicas e sociais no cotidiano quilombola. Ressalta-se que a elaboração da proposta curricular de EEQ tem por objetivo incorporar suas epistemologias à dinâmica escolar, agregando valor e flexibilizar o currículo tradicional. Custódio (2022) também destaca que as diversidades e variedades étnicas dos quilombos não são respeitadas pelos currículos e isso poderá ocorrer quando o PPP for construído coletivamente, para que possamos garantir uma educação antirracista valorizando a pluralidade cultural e que não seja submissa a grupos hegemônicos

O trabalho intitulado “*Educação Escolar Quilombola e Ensino de História nos caminhos abertos pela Lei 10.639/03*”, Meinerz & Silva (2023) aborda o ensino de história mediante as políticas públicas, e que mesmo após a regulamentação da lei e do parecer do Conselho Nacional de Educação sobre EEQ. Percebe-se ainda uma forte resistência da instituição escola em cumprir a lei no que tange os direitos das populações negras descendentes de quilombolas. Esses desacordos se evidenciam em falta de investimentos em formação inicial e continuada, falta de materiais didáticos e paradidáticos entre outros muitos exemplos possíveis. Contudo, os pesquisadores destacam a ação de resistência das comunidades quilombolas para a consolidação de ações afirmativas para garantia de direitos. Dentro dessa atuação dos quilombos, os autores afirmam que o DCNEEQ é uma ação na direção de manter o diálogo com as comunidades no sentido de garantir a implementação do currículo descolonizado com ênfase nas histórias e culturas próprias das comunidades bem como suas epistemologias, ratificadas em ações pedagógicas e materiais pedagógicos específicos. Juntos esses fatores constroem e fortalecem a identidade quilombola capaz de por intermédio do currículo escolar.

Já no artigo “*A diversidade étnico-racial na escola: um contributo para efetivar a educação diferenciada em territórios quilombolas na Paraíba*”, as autoras discutem como a desigualdade ocorre em contextos escolares com os currículos. A escola invisibiliza saberes, por meio de políticas públicas fortemente colonizadas, sem considerar os territórios e a cultura dos quilombos nos projetos escolares das comunidades quilombolas. Nota-se uma relação afirmativa no que tange a diversidade étnica e racial com uma visão sensível no que se refere às diferenças existentes na EEQ. Os pesquisadores discutem o fato de que os docentes se sentem motivados a trabalhar conteúdos no combate ao racismo no contexto quilombola, mas o tema sobre as questões identitárias não é abordada nas escolas que foram investigadas. Ou seja, assim como em Feitas e Eugênio (2020), ainda ocorre uma resistência por parte dos docentes em aplicar currículos descolonizados em detrimento de práticas curriculares tradicionais e convencionais, pouco reflexivas. Além disso posto, deve ser mais efetivo no que tange as diretrizes curriculares nacionais para EEQ com materialização das leis e políticas para os contextos quilombolas.

No último artigo analisado, “*Educação e território quilombola: o processo de construção do Plano Político Pedagógico da Escola da Comunidade de Raiz*”, aborda-se a importância do PPP para a comunidade. Argumentou-se que a legitimação de saberes tradicionais é um grande desafio para sua efetiva superação. Para a construção do currículo afirmativo, partiram de questões identitárias para promover autonomia e a voz dos sujeitos nos quilombos. Dessa forma, haverá um currículo descolonizado e reflexivo com contribuições da comunidade que a escola está inserida, respaldada pela Diretriz Curricular como um potente saber compartilhado com a população brasileira.

Percebe-se que durante a análise dos artigos, carecem de pesquisas que tratem da temática sob o olhar das disciplinas de artes e de língua portuguesa, por exemplo. Muitas contribuições foram encontradas sob a ótica da disciplina de história e

certamente a área das expressões artísticas e da linguagem podem contribuir para as reflexões sobre a Educação Escolar Quilombola para que possa ser confirmada ou refutada os resultados encontrados no campo da História.

Como o estudo apontou, verificou-se um trabalho no âmbito das ciências que foi levado para a escola a cultura da comunidade analisada no estado do Pará. Dessa maneira, fica a sugestão para mais pesquisas dialogando com os campos de Artes e literatura bem como mais trabalhos com o aporte da disciplina de ciências para que possamos enriquecer as reflexões que existem até o presente momento.

Sobre a distribuição das publicações, percebe-se que há uma ocorrência bem distribuída na análise feita pelo presente artigo, com equidade de pesquisas dentre as regiões do território brasileiro. Embora houvesse duas pesquisas na parte norte do país, o que chama a atenção, por essas regiões serem historicamente ligadas aos povos originários. Uma publicação para cada região do país mostra que há pesquisadores e instituições preocupadas em detalhar a questão quilombola e as políticas públicas por todo o país. Contudo, ao sumarizar os artigos para esta seleção final, ainda se percebe a carência de material acerca do tema e o quanto preocupante isso é no contexto de divulgação e publicização destes conhecimentos.

4. Considerações Finais

Este artigo pretendeu analisar as políticas públicas no que tange a Educação Escolar Quilombola e quais foram os efeitos da lei 10.678 de 2003 desde sua publicação, tentando analisar como as escolas e os sistemas de ensino efetivaram a lei e o que ela prevê. Os resultados apontam para que as políticas públicas avancem mais, pois não se notou reflexões sobre a temática, mesmo depois de vinte anos de publicação da lei. Outro detalhe que chama a atenção nessa revisão sistemática é que não há trabalhos no campo da expressão artística e da linguagem. Então os caminhos futuros de pesquisas podem seguir por essas áreas para que possa ser possível analisar os resultados encontrados pelo campo da História e que os pesquisadores façam um intercruzamento de análises.

Destaca-se também que haver pesquisas em todas as regiões do país é um ponto positivo, embora os resultados apontem para uma aplicação muito superficial ou até mesmo não cumprimento da lei durante esses anos. Aponta também para um currículo que não descolonizado, logo os currículos tradicionais ainda não foram superados nos sistemas de ensino e isso precisa ser reconsiderado. Mesmo diante desse cenário, as populações quilombolas mantêm-se firmes na resistência de políticas públicas que tratem de questões das populações negras e isso é mérito das comunidades quilombolas.

Por fim, mesmo depois da publicação da lei 10.678 em 2003 e das alterações das Diretrizes Curriculares Nacionais na Educação Escolar Quilombola em 2012, os sistemas de ensino precisam avançar muito para que os currículos incluam os saberes das comunidades quilombolas, respeitando suas culturas e garantindo uma educação de qualidade mesmo com temas transversais em seu currículo. Ainda não é possível para que essas comunidades quilombolas deixar a luta pela exigência do cumprimento da lei, mas sabe-se que os quilombos resistirão até ter seu direito garantido. Deste modo, espera-se que o presente estudo possa embasar pesquisas futuras e incentivar a publicação de estudos, bem como apontar as lacunas percebidas para as futuras pesquisas neste campo.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

João Paulo Bulhões e Mattos– 60%; Ana Carolina Oliveira Duarte– 40%

Referências

- Alves-Brito, A., & Alho, K. R. (2022). Educação para as relações étnico-raciais: um ensaio sobre alteridades subalternizadas nas ciências físicas. *Ensaio Pesquisa Em Educação Em Ciências* (belo Horizonte), 24, e37363. <https://doi.org/10.1590/1983-21172022240122>
- Amorim da Silva, R., & de Araújo Menezes, J. (2018). Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. *Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais*, 13(3), 1–17. http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3102
- Andrade, S. S., & Santos, R. A. (2020). Relações étnico-raciais e quilombos: Dos conhecimentos socioculturais aos currículos da educação escolar quilombola na Amazônia paraense. *Nova Revista Amazonica*. 8 (2). DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v8i2.9373>
- Aparecida de Pinho, V., & Coelho Pinto, F. (2020). Educação escolar quilombola: uma reflexão no contexto da educação para as relações étnico-raciais. *Revista Fórum Identidades*, 30(01). <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/13505>
- Assunção Guimarães, M. R., Magnani, L. H., & Lemes, A. F. G. (2022). A Educação escolar quilombola e o ensino de Ciências: reflexões teóricas a partir de um relato de experiência. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 7, e12543. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e12543>
- Brasil. (2003). Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Ministério da Educação.
- Brasil. (2012). Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola na educação básica. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE)
- Brasil (2022). Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Brasília, DF: Ministério da Educação -CNE.
- Brasil (2005). Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação- MEC.
- Brasil (2024), Ministério da Educação. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/etnico-racial/educacao-escolar-quilombola>. 2024
- Carqueira, M. C. S. Educação e território quilombola: o processo de construção do Plano Político Pedagógico da Escola da Comunidade de Raiz. *Terra Livre, [S. l.]*, v. 1, n. 60, p. 369–402, 2024. DOI: 10.62516/terra_livre.2023.3187. <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3187>
- Clarke, M. & Oxman, A. D. (2001). Cochrane Reviewers’ Handbook 4.1. In: Review Manager (RevMan) [Programa de computador]. Versão 4.1. Oxford, Inglaterra: The Cochrane Collaboration
- Cunha, M. C. de. (2007). Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, São Paulo, 75, 76-84. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84>
- Custódio, E. S. (2021). Um olhar sobre propostas de Educação Escolar Quilombola no Brasil a partir de referenciais curriculares estaduais. *Revista e-Curriculum*, 19(4), 1722-1747. Epub 12 de abril de 2022. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i4p1722-1747>
- Freitas, M. G., & Eugenio, B. (2020). As relações étnico-raciais na formação de professoras de uma escola quilombola. *Revista Hipótese*, 6, 69–88. Recuperado de <https://revistahipotese.editoraiberoamericana.com/revista/article/view/59>
- Júnior, A. R. de S. (2021). A geografia e as relações étnico-raciais na bncc: reflexões a partir de estudos formativos no programa residência pedagógica. *Conexão ComCiência*, 1(1), 1–18. <https://revistas.uece.br/index.php/conexaocomciencia/article/view/4817>
- Malaquias, V. H. & Rodrigues, A. C. S. (2023). A diversidade étnico-racial na escola: um contributo para efetivar a educação diferenciada em territórios quilombolas na paraíba. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. 9 (2), 378–99. DOI:10.12957/riae.2023.72000. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/72000>
- Meinerz, C. B. & Silva, P. S. da. (2023). Educação Escolar Quilombola e Ensino de História nos caminhos abertos pela Lei 10.639/03. *Revista História Hoje*. 12 (25). <https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i25.1009>
- PRISMA. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24, 2, 335–342, 2015. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742015000200017>
- Silva, D. J. (2014). A emergência da educação escolar Quilombola no contexto das relações étnico-raciais no Brasil. *Revista Tópicos Educacionais*, 20(1), 99-132. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672770868006>